

Introdução ao Dossiê

“Os arquivos na cadeia de produção do conhecimento e a formação profissional”

Mariana Lousada I Professora Adjunta do curso de Arquivologia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Entender a história dos arquivos é também compreender a história da Arquivologia, a partir dos quais a sua teoria foi construída. Os arquivos possuem uma existência muito antiga, já a Arquivologia, enquanto área do saber, começa a delinear sua configuração científica pautada na análise de trabalhos práticos realizados em instituições custodiadoras e detentoras de documentos, desde a segunda metade do século XVIII.

A Arquivologia como disciplina conheceu um desenvolvimento acidentado, mais ligado às tradições intelectuais e práticas de cada país, do que ao estabelecimento de teorias e de princípios universais (Lopes, 2009, p.134).

Os arquivos e as rotinas arquivísticas começam a ser fundamentadas por normas e princípios gerais a partir do século XVI, à medida que as sociedades evoluíram, se burocratizaram e as necessidades dos produtores e utilizadores da informação assim o exigiram.

Para Silva et al. (2002), “o ‘saber’ e a ‘prática’ estavam intimamente ligados desde as civilizações mais antigas, podendo ser consideradas partes de duas realidades inseparáveis, mesmo quando tal ‘saber’ ainda não se encontrava registrado em textos regulamentadores”.

Rousseau e Couture (1998) consideram que as práticas arquivísticas estão intimamente ligadas à existência dos arquivos. Todavia, a estruturação desses procedimentos de trabalho em torno de um mesmo objeto e o aparecimento de princípios gerais arquivísticos constitui um fenômeno contemporâneo, ou seja, se a Arquivologia é muito antiga como prática, é recente como saber.

O primeiro arquivo criado – de forma assemelhada aos atuais – foi o de Simancas, na Espanha, em 1540. Mais tarde, em 1611, tem-se a criação do Arquivo Secreto do Vaticano, seguido em 1788 pelo Arquivo das Índias, na Espanha.

Mas é somente a partir do final do século XVIII, com a Revolução Francesa, que surge a noção de arquivo público como instituição ligada a um conjunto de práticas na organização de documentos e seu acesso público. A proposta de centralização dos documentos herdados do antigo regime e daqueles que viriam a ser produzidos em uma instituição especificamente destinada à custódia dos documentos considerados importantes para a história do Estado-Nação estimulou a criação do Princípio de Respeito aos Fundos (Proveniência).

O Princípio da Proveniência é fruto da experiência de Natalis de Wailly, arquivista e responsável pela gestão dos arquivos públicos franceses, considerado por alguns autores o ponto de partida da Arquivologia. Outro importante desdobramento foi a referência, pela primeira vez, da noção de “fundo de arquivo”. Sua proposta de respeitar a origem dos fundos, ou seja, “mantendo-os agrupados, sem mesclá-los com outros, os documentos de qualquer natureza procedentes de uma entidade, seja uma administração pública, privada, uma pessoa, família [...] e respeitando a estrutura ou classificação própria desta entidade” (Cruz Mundet, 2001, p.231), fez com que a Arquivologia saísse da anarquia e, mais importante, instalava-a sobre uma base sólida, seja no âmbito da teoria, seja na prática, o que lhe permitiria, posteriormente, evoluir normalmente para o estatuto de disciplina (Rousseau; Couture, 1998).

Fundamental para o desenvolvimento e consolidação da teoria e das práticas arquivísticas foi a publicação, em 1898, do Manual dos Arquivistas Holandeses, de autoria dos arquivistas S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin,

que apresenta cem regras para arranjo e descrição dos documentos.

O manual está fundamentado na experiência dos autores no trabalho com um número limitado de documentos medievais suscetíveis de uma cuidadosa análise diplomática e com os documentos encontrados nos departamentos das administrações holandesas da época (Dorado Santana; Mena Mugica, 2009). É considerado como um dos pilares da teoria, por articular os mais importantes princípios e regras referentes ao tratamento dos arquivos, como, por exemplo, os Princípios da Proveniência e o da Ordem Original.

O conceito das três idades, alicerce da gestão de documentos, também encontra sua base nas práticas de Yves Pérotin, arquivista do município de Paris. Segundo Caya (2004 apud Jardim, 2015), foi em 1961, em um artigo publicado na revista *Seine et Paris* que o autor propôs os termos “arquivos correntes”, “arquivos intermediários” e “arquivos permanentes”, e ressaltou a importância da análise do contexto de produção de documentos para melhor controle das transferências e da avaliação.

Ainda sobre a gestão e a avaliação de documentos, não podemos deixar de exemplificar as contribuições de Schellenberg, arquivista no Arquivo Nacional dos Estados Unidos, onde chegou a ocupar a subdireção do arquivo entre 1957 e 1963. Schellenberg inovou ao propor a avaliação a partir da categorização em dois níveis os valores atribuídos aos documentos, primário e secundário.

Outro conceito importante que emergiu a partir das práticas desenvolvidas em instituições arquivísticas foi o da macroavaliação. Fruto das experiências de Terry Cook no Arquivo Nacional do Canadá (1989-1990), a macroavaliação muda o foco inicial da avaliação: o mais importante não é o documento (ou qualquer característica ou valores que possa ter), mas sim o contexto funcional no qual se cria o documento (sua origem contextual). Esse contexto, baseado na procedência, não é a tradicional “unidade administrativa de origem”, mas a complexa organização cultural na qual se insere a produção e a conservação de documentos nas instituições modernas.

O Princípio da Proveniência, o Manual dos Arquivistas Holandeses, o conceito das três idades, a gestão e avaliação de documentos, são somente alguns dos princípios/conceitos que podemos utilizar como exemplos para demonstrar que os arquivos e as instituições arquivísticas, por meio de arquivistas e profissionais que desempenhavam essa função, foram e ainda são, alguns dos responsáveis pela produção do conhecimento, seja a partir das práticas desenvolvidas e empregadas, ou pela exploração dos arquivos.

Ao publicar esta edição com artigos que discutem a produção do conhecimento e a formação profissional no âmbito dos arquivos e da Arquivologia, a Revista do Arquivo afirma seu compromisso com a difusão do conhecimento produzido na área, demonstrando a vitalidade e os desafios do campo arquivístico contemporâneo.

Referências

CRUZ MUNDET, J. R. Manual de arquivística. 4. ed. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2001.

DORADO SANTANA, Y.; MENA MUGICA, M. Evolución de la ciencia archivística. ACIMED, v. 20, n. 1. Disponível em: <<http://scielo.sld.cu/pdf/aci/v20n1/aci04709.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

JARDIM, J. M. Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformações. *Acervo-Revista do Arquivo Nacional*, v. 28, n. 2, p. 19-50, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/45098>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

LOPES, L. C. A nova Arquivística na modernização administrativa. 2. ed. Brasília: Projecto Editorial, 2009.

ROSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. Os fundamentos da disciplina Arquivística. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SILVA, A. M. da et al. Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação. 2. ed. Porto: Afrontamento, 2002.